

INTRODUÇÃO

Os fundamentos étnicos do país



Quando os descobridores portugueses fixaram-se como colonizadores no território, que seria mais tarde o país Brasil, encontraram a nova terra

povoada por cerca de cinco milhões de indígenas, compondo verdadeiro mosaico cultural e lingüístico. Segundo dados do Instituto Sócio-Ambiental (ISA), estima-se que, atualmente, essa população reduz-se a 650 mil indivíduos, reunidos em 212 grupos, falando entre 140 e 150 línguas. Desses grupos, alguns ainda se encontram relativamente isolados em seus ambientes naturais; outros, a maioria, estão biológica e culturalmente descaracterizados pela influência da civilização, enquanto uma quantidade de indivíduos, impossível de se precisar, destribalizados pelo contato de tantos séculos, faz parte da população brasi-

Os imigrantes na construção histórica da pluralidade étnica brasileira

leira. Seus descendentes, amestiçados em vários graus, sequer se reconhecem ou são reconhecidos como tais: representam-se e são representados simplesmente como brasileiros.

Já os negros que chegaram ao Brasil como escravos para substituir a mão-de-obra indígena, que não se adaptara ao trabalho servil da lavoura, procediam de várias áreas culturais da África. As estatísticas disponíveis permitem estimar vagamente que de 3 a 18 milhões de africanos teriam chegado ao país entre os séculos XVI e XIX,

**JOÃO BAPTISTA
BORGES PEREIRA**
é professor aposentado e
ex-diretor da FFLCH-USP

quando se promulgaram as sucessivas leis inibidoras do tráfico que levaram à extinção do regime escravocrata, em 1888. A população preta não tem aumentado no mesmo ritmo dos demais segmentos étnicos devido às adversas condições de vida aliadas a intenso e continuado processo de miscigenação com os brancos, do qual resultou um contingente populacional numericamente muito expressivo – os mulatos. Dependendo da tonalidade de sua cor, o *mulato* é enquadrado ou se enquadra como branco, independentemente de sua ancestralidade negra. A esse processo, que ao drenar seus descendentes mestiços para o grupo branco reduz o grupo negro, é que se dá, no Brasil, o nome de *branqueamento*, processo biológico e social ao mesmo tempo. Nesse processo, o modelo brasileiro, diferentemente do norte-americano, tende a quebrar a rigidez da regra da hipodescendência, que conduz automaticamente a filiação do mestiço ao grupo socialmente inferiorizado.

Na terminologia oficial do censo, a categoria *preto* engloba os indivíduos fenotipicamente indentificados como tal, enquanto a categoria *pardo* reúne todos os que não são brancos e nem pretos: são os híbridos do negro com o branco (mulato), do negro com o indígena (cafuso), do branco com o índio (mameluco). Nessa categoria entra-

vam, também, os índios destribalizados que fazem parte da população brasileira recenseada. O último censo já inclui uma nova categoria – indígena – para essa população.

A essa população – indígena, preta e parda – juntou-se, neste século, um novo segmento não-branco, colocado pelo censo na categoria *amarelo*. São os imigrantes asiáticos (chineses, coreanos, vietnamitas e, principalmente, japoneses). Seus raros descendentes amestiçados com os brancos passam pelo mesmo processo biológico-social do *branqueamento*.

Aos portugueses que descobriram, colonizaram e deram a marca étnica fundamental do país, juntaram-se, ao longo desses quase cinco séculos, outros povos brancos. O fluxo de tais povos começou com os conquistadores holandeses que no século XVII ocuparam o Nordeste brasileiro e culminaram com as correntes migratórias que, a partir de 1808 até a atualidade,

depois de
cabral

colocaram no país algo em torno de cinco milhões de indivíduos. Além do imigrante português, que goza de um estatuto especial, os grupos nacionais brancos mais expressivos são os italianos, espanhóis, alemães e austríacos, russos, sírio-libaneses, poloneses, romenos, lituanos, ingleses, suíços, iugoslavos, franceses, húngaros, belgas, suecos, tchecos e judeus. Segundo o censo de 1991, havia, então, no Brasil, 767.781 indivíduos procedentes de 64 países.

Em 1980, o censo nacional mostrava que esses cinco milhões de estrangeiros já estavam reduzidos a aproximadamente um milhão de indivíduos, entre estrangeiros naturalizados e não-naturalizados. Todavia, a presença desses imigrantes se faz na vida brasileira através de seus milhares de descendentes, que entram no censo nas categorias “brasileiros natos” e “brancos”. Essas categorias censitárias diluem as especificidades biológicas e culturais de cada corrente migratória e torna impossível ao analista precisar o seu número na população do país.

A dinâmica das cores e das raças no mapeamento étnico do Brasil

Todos esses segmentos populacionais (índios destribalizados, brancos, negros, amarelos e seus descendentes, mestiçados ou não) formam hoje o que é aceita como população brasileira, num total de 158.232.252 indivíduos. Desse total, 85.450.823 são classificados como brancos e 72.765.049 como não-brancos (IBGE, 1998).

Esses quase 160 milhões de indivíduos estão distribuídos irregularmente por uma extensão de 8.511.965 km², o equivalente a aproximadamente três partes da América do Sul.

Ainda que uma extensa e progressiva migração interna possa garantir a existência de indivíduos e grupos desses três estoques cromáticos e de representantes de quase todas as correntes migratórias pelas cinco regiões, persiste um histórico padrão

de distribuição dessas populações (segundo suas características raciais ou étnicas) pelo território nacional, o que permite traçar-se um mapa étnico do país.

Esse mapeamento desenha o seguinte quadro:

a) *A população branca* predomina nas regiões Sudeste e Sul, onde, ao lado do estado do Espírito Santo, estão as unidades mais desenvolvidas do país: Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

b) *A população parda* predomina nas regiões Norte e Nordeste, que englobam as unidades menos desenvolvidas do país: Amazonas, Acre, Rondônia, Pará, Roraima, Amapá (todas da Região Amazônica), Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

c) *As populações parda e branca* equilibram-se na região Centro-oeste, onde estão os estados com nítida vocação rural: Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

d) *A população preta*, embora não predomine em região alguma, é quantitativamente mais expressiva nas regiões Nordeste (principalmente) e Sudeste.

e) *A população amarela*, a exemplo da preta, não predomina em região alguma, porém sua presença é numericamente mais significativa na região Sudeste do país, em especial nos estados mais industrializados e urbanizados.

A interpretação do modelo pluriétnico brasileiro

A representação ideológica. Uma crença corrente no Brasil, popular e oficial, que impregna, em maior ou menor grau, todos os estratos sociais e todos os segmentos étnicos, é de que indivíduos e grupos de diferentes procedências convivem, harmoniosamente, num sistema simétrico de relações sociais, em permanente e sempre festejado intercâmbio cultural, sem obstáculos em seus projetos de participação nas várias instâncias da vida nacional. Se com-

parado a outras nações pluriétnicas – e essa comparação é peça importante desse discurso ideológico – como os Estados Unidos e a África do Sul, o Brasil é o país da *democracia racial*, onde não se conhece o preconceito, onde não há lugar para a discriminação e, muito menos, para a segregação racial.

O mito da democracia racial expressa-se e comprova-se através de certas evidências cuidadosamente selecionadas:

a) Um sistema de etiqueta extremamente polido, que preceitua não ser de bom-tom ser indelicado com as pessoas, fazendo referências a seus eventuais “defeitos” (“defeitos” referem-se, neste caso, às peculiaridades raciais ou culturais). Nesse plano periférico, as relações sociais e individuais no Brasil compõem outro mito muito cultivado no país, o mito da cordialidade brasileira.

b) A grande vocação histórica da sociedade brasileira em aceitar, sem maiores resistências, as influências estrangeiras, evidenciadas no sincretismo cultural do país.

c) O grande número de híbridos da população, principalmente de mulatos, a indicar a falta de preconceitos do branco em aceitar parceiros (em geral, parceiras) sexuais de outras raças, mesmo a negra.

d) A existência de personalidades que se destacaram em vários planos da vida nacional, “a despeito de suas características étnicas”. Essas personalidades, sempre citadas, funcionam como personagens-mito a reforçar a idéia da democracia racial.

A explicação científica. Modernamente, a reflexão crítica sobre esse modelo é fundamentalmente nucleada na Sociologia e na Antropologia Cultural ou Social.

Teoricamente, ao nível da estrutura social o modelo é criticado enquanto representação ideológica e expressão sócio-histórica, a partir da compreensão clara das dificuldades e facilidades de mobilidade e aceitação sociais desses grupos étnicos diferenciados, enfim, de sua integração às diferentes instâncias da realidade nacional. Nessa linha de interpretação, a alegada receptividade histórica da sociedade brasileira em relação ao “outro” é cientificamen-

te captada como uma tríplice e histórica vocação da sociedade nacional em anular o “diferente”. Assim, tipologicamente a sociedade pluriétnica brasileira foi conceituada como *integracionista* no plano estrutural ou social, *assimilacionista* no plano cultural e *miscigenacionista* no plano biológico. Esse modelo tem como componente uma indisfarçável preocupação de eliminar os “diferentes”, através de múltiplos recursos de pressão e de persuasão, que vão desde a coação moral e psicológica até a repressão política e policial.

No plano da cultura, essa vocação social tem sido captada pela análise dos processos que reduzem historicamente as alteridades culturais a uma matriz definida, de forma vaga, como “brasileira autêntica”.

Em síntese, tanto a Sociologia como a Antropologia podem sustentar a tese de que, em nome de uma alegada unidade nacional, há, incrustada no modelo pluriétnico brasileiro, uma política de identidade nacional que desestimula e bloqueia eventuais tentativas de preservação de alteridades étnicas ou raciais. A expectativa dessa política, com forte apoio da população, é de que um dia, no futuro, o estrangeiro deva se transformar em nacional; o não-branco (amarelo e negro) deve se metamorfosear em branco; o índio, em civilizado. Todos devem ser reduzidos, unicamente, à categoria de brasileiro, sem adjetivações.

A análise socioantropológica, alongando-se para outros níveis da situação de contato, permite detectar as manifestações e movimentos de resistência de grupos que, sufocados pela política de homogeneização da cultura, tentam preservar as suas identidades étnicas e lutam para quebrar os bloqueios que se colocam à sua plena participação na vida nacional. Assim, através da própria resistência e de sua análise científica, desmascaram-se os mitos que sustentam as representações democráticas das relações raciais e étnicas do país.

Por outro lado, a análise das reações de inconformismo étnico tem possibilitado ao estudioso perceber algumas características do modelo pluriétnico brasileiro, ligadas ao processo de integração de adventícios à

realidade nacional. Pode-se sustentar a tese de que, além dos parâmetros gerais de integração válidos, ao que parece, para todos os grupos étnicos, há trajetórias específicas de inserção calibradas, em larga medida, pelas peculiaridades raciais e culturais do grupo e pelo seu projeto *de pertencer* e *de como pertencer* à nova sociedade. Implícita nesse processo, há que se reconhecer a existência de “duas vontades”, social e politicamente construídas, que se convergem: a “vontade” do país em receber e a “vontade” do grupo em ser recebido. De um lado, o porquê da imigração, as normas, os valores, as idéias, a filosofia e as práticas jurídico-políticas definem o *ethos* da sociedade receptora e, de outro lado, há o projeto do grupo migrante, que inclui desde os motivos que o trouxeram à nova terra até as suas metas de fixação ao novo ambiente, desde as suas aspirações sociais até a sua própria auto-imagem étnica, que responde pelo etnocentrismo graduador do alcance e do tipo de relacionamento do grupo com o povo que o acolhe.

Essas considerações conduzem a discussão a, pelo menos, três pontos: à receptividade da sociedade aos de “fora”, à compatibilidade entre a sociedade acolhedora e o grupo acolhido e às dimensões social e cultural implícitas no processo de integração. No primeiro caso, destaca-se o fato de que, como todo o país de imigração, a sociedade brasileira, ainda que seja receptível à integração de novos povos, não é, por igual, receptível no seu todo: as resistências e as facilidades para a integração do “outro” variam de instância para instância social. No segundo caso, as diferentes instâncias se tornam mais favoráveis à integração de indivíduos e grupos étnicos que ostentam características mais compatíveis com os aspectos hegemônicos da sociedade brasileira. No terceiro caso, destaca-se a necessidade de não se perder de vista que o processo de inserção comporta, pelo menos, duas dimensões que não podem ser metodologicamente negligenciadas sob pena de se obscurecer a compreensão do fenômeno empírico. É preciso distinguir-se o processo ao nível estrutural, que dá

os parâmetros da aceitação-rejeição das personalidades e dos grupos na trama das relações sociais, do processo ao nível cultural, que dá os parâmetros da aceitação-rejeição dos elementos culturais identificados ao grupo étnico, na cultura brasileira.

É neste nível que se dão as elaborações simbólicas de etnicidade com as quais os diferentes grupos jogam para abrir espaços e quebrar resistências na estrutural social. A inserção de negros e imigrantes permite bem compreender essa dupla e complementar a face de um mesmo processo, bem como as margens de manipulação ideológica que ele contém.

A análise dos passos de integração à vida nacional, feita a seguir, de cinco grupos étnicos – o italiano, o alemão, o sírio-libanês, o judeu e o japonês – permite perceber empiricamente essa série de considerações teóricas. Assim, do ponto de vista da cor, os quatro primeiros grupos são mais compatíveis e o último menos compatível com os valores de um país que *se quer, se diz, se representa* branco. Todavia, os classificados como brancos distinguem-se entre si do ponto de vista cultural, estabelecendo-se, neste plano, nova escala de compatibilidades e de incompatibilidades: o italiano é o latino e o católico, o alemão é o não-latino e, embora muitos imigrantes sejam católicos, o grupo é visto como sinônimo de protestante; o sírio-libanês, ainda que cristão (católico ou maronita), não é, como os dois primeiros, europeu, e ostenta certa visibilidade somática que o torna distinguível na população brasileira; o judeu, mesmo procedente de várias regiões européias, é, acima de tudo, o não-cristão. Em outra linha de cor, o japonês distancia-se do brasileiro, não apenas pelas suas características culturais antípodas, mas, também, por marcas raciais indeléveis, como a cor da pele e a prega mongólica. Por fim, convém registrar que os negros e seus descendentes mestiços formam o outro pólo de um *continuum* étnico cuja polaridade primeira e ideal é a representada pelo branco. Ao redor desses pólos gravita uma série de estereótipos, crenças, juízos de valor que os tornam, nesse *continuum* racial e cultu-

ral ao mesmo tempo, pólos antitéticos: de um lado, o pólo branco – europeu, latino, cristão-católico, civilizado; em outra extremidade, o pólo negro – africano, pagão, tribal e primitivo em suas origens, que, hoje, são constantemente lembradas por brancos e por negros, cada qual reatualizando-as dentro de estratégias ideológico-políticas próprias.

OS IMIGRANTES ESTRANGEIROS E SEUS DESCENDENTES

Dentre os cinco contingentes migratórios citados, os italianos, alemães e japoneses podem ser tomados como exemplos de imigrantes rurais, enquanto os sírio-libaneses e os judeus, como expressão de imigrantes urbanos. Os três primeiros foram recebidos no país como grupos agricultores, e foi no campo que montaram seu esquema original de fixação no novo país, enquanto os dois últimos, desde o início, desenvolveram seus projetos de vida no Brasil, procurando integrar-se aos quadros urbanos. Na sua trajetória no país, os imigrantes agricultores e seus descendentes passaram da condição de migrantes rurais para a de moradores das cidades brasileiras, dentro de um processo de migração interna rural-urbana que alcança, em maior ou menor grau, toda a população brasileira, de forma acentuada, a partir da década de 40, especialmente após a Segunda Guerra Mundial.

Nas páginas a seguir serão examinadas, num primeiro momento, a fixação de italianos, alemães e japoneses no contexto rural, e no segundo instante, a reorientação desses migrantes para as cidades, onde passam a participar, cada qual a seu modo, juntamente com os originariamente migrantes citadinos, do estilo de vida urbano. Essa reorientação de projeto de integração, que se dá em resposta a exigências da cidade, cria condições para que cada grupo jogue com suas peculiaridades étnicas na ampliação de seu espaço na vida brasileira.

Imigrantes em contexto rural

Os italianos – 1875 é a data-símbolo do início da grande imigração italiana para o Brasil, embora as fontes registrem a entrada desse contingente migratório a partir de 1819, já formando núcleos coloniais em determinadas áreas rurais brasileiras. Até a presente data teriam ingressado no país cerca de um milhão e seiscentos mil indivíduos, o que dá ao italiano a condição de maior grupo étnico a emigrar para o Brasil. Os imigrantes italianos instalaram-se no mundo rural brasileiro, obedecendo a dois modelos de fixação:

a) como mão-de-obra assalariada ou associada nas fazendas de café, como aconteceu, posteriormente, com os japoneses. Nesta última condição, os italianos vieram substituir, no final do século passado e início deste século, a mão-de-obra negra e escrava, recém-libertada. Esse padrão de fixação, a que Caio Prado Júnior denomina “sistema de imigração” e Pierre Moinberg de “colonato das fazendas”, além de obtenção de mão-de-obra para a grande lavoura, teve como função ampliar o mercado interno e a formação de uma classe média, sem se falar na preocupação pelo branqueamento da população brasileira;

b) em forma de núcleos coloniais concentrados em espaços relativamente desabitados, como ocorreu também com os alemães. Esse modelo de fixação a que Caio Prado Júnior denomina “sistema de colonização” e que a República herdou do Império tinha, ao lado dessas funções, objetivo de ordem política ou estratégica: ocupar os espaços tidos como vazios em áreas meridionais do Brasil. No estado de São Paulo, apenas dois núcleos aparentemente cumpriam essa função geopolítica: o de Itapura e o de Avanhadava. Os demais, em geral, com imigrantes de várias procedências, constituíam-se em reserva de mão-de-obra para as fazendas de café.

Embora o *núcleo colonial* haja antecedido historicamente a mão-de-obra assalariada ou associada, a partir do século XIX até os dias mais recentes, esses dois mode-

los floresceram, simultaneamente, em especial, no estado de São Paulo, onde, de 1829 até 1952, foram instaladas 40 comunidades italianas, sendo uma – Pedrinhas – formada logo após a Segunda Guerra Mundial.

Esses dois modelos de fixação inicial dos imigrantes italianos constituíram-se, por sua vez, em dois modelos de integração à vida nacional, condicionando o seu processo de ajustamento à nova terra. Os núcleos coloniais, à semelhança do que ocorreu com os alemães, criaram uma espécie de *territorialidade étnica italiana* em extensas áreas do Brasil meridional, oferecendo ao imigrante excepcionais condições ecológicas e históricas de cultivar, como grupo concentrado, economicamente auto-suficiente, e bastante isolado do resto da população, as suas tradições culturais e os seus padrões organizatórios, principalmente familiares, sem necessidade de ultrapassar os limites étnicos do grupo.

Diferentemente do núcleo colonial, o modelo mão-de-obra assalariada espalhou os italianos pelas grandes plantações de café localizadas principalmente no estado de São Paulo (daí esse modelo ser chamado de “paulista”). Contudo, ao mesmo tempo que espalha, cada fazenda de café passa a funcionar, em escala menor do que os núcleos coloniais, como pequeno território étnico, pois reúne grande número de famílias coloniais num mesmo espaço geográfico. A fazenda cria, assim, bolsões étnicos dentro dos quais o grupo, mesmo articulando-se com o mundo de fora, mantém uma razoável margem de privacidade étnica para manter seus padrões culturais e organizatórios. Essa preservação étnica é facilitada, a exemplo do que ocorreu, também, com os alemães, nos núcleos, e com os japoneses, nas fazendas de café, pela conjugação de, pelo menos, três ordens de fatores:

a) a concentração, no mesmo espaço ecológico, de indivíduos e famílias da mesma procedência étnica;

b) o tipo de migração (familiar) que trouxe para a nova terra unidades domésticas e não indivíduos isolados;

c) o equilíbrio entre grupos de sexo e idade, criando estoques virtuais de cônju-

ges para a formação de novas famílias dentro dos limites grupais, sem que o grupo tenha necessidade de ultrapassar as suas fronteiras étnicas para estabelecer alianças matrimoniais com outros grupos.

Os alemães. A “grande” imigração alemã teve início em 1824, ganhou volume em 1850, após a Revolução Farroupilha, e se prolongou até depois da Segunda Guerra Mundial. Estima-se que nesse período deve ter aportado no Brasil, segundo Willems, algo em torno de 280 mil indivíduos de língua alemã, o que classifica esse contingente em terceiro lugar no conjunto de outras etnias. O censo de 1991 registra apenas 25.589 alemães e austríacos no Brasil e não há outro recurso analítico, tal como se dá com os italianos e outros grupos brancos, capaz de estimar o número de seus descendentes espalhados, atualmente, por todo o Brasil.

Esses imigrantes, em sua quase totalidade, foram encaminhados para a zona rural, notadamente para as áreas meridionais do país e, em especial, nos atuais estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Ocupando de início espaços desabitados, formaram comunidades próprias onde, a exemplo dos italianos, cultivaram e recriaram a sua cultura original, pouco se articulando com a sociedade mais ampla. Esse padrão de imigração rural aliado ao padrão de povoamento da terra permitiu a formação de cinturão de comunidades étnicas germânicas, agrupando pessoas da mesma etnia, ou expressão lingüística, em espaços contíguos cada vez maiores. Willems, um pioneiro no estudo da imigração alemã, vê nessa fase rural da imigração teuta duas etapas pelas quais passou esse cinturão de núcleos: de início, o imigrante, pouco numeroso, articulou-se sem maiores resistências com raros brasileiros da área. Num segundo momento, a partir de 1854, com o aumento da imigração alemã, os núcleos tornam-se mais sólidos, com a criação de igrejas, escolas e uma imprensa periódica que construía e propagava “uma ideologia étnica que atribuía ao elemento teuto (naquela área), um papel análogo àquele que o

elemento português teve no desenvolvimento do Brasil”. Criavam-se, assim, em solo brasileiro, as condições materiais e as manipulações ideológicas para que o núcleo se fechasse sobre si mesmo e se representasse como variante germânica no país.

Se comparado ao italiano e ao japonês, o imigrante alemão fixou-se na zona rural exclusivamente através do modelo núcleo colonial, não tendo passado pela experiência de servir de mão-de-obra assalariada em grandes plantações, o que levou esse contingente a ter uma visibilidade étnica relativamente fraca no resto do país, fora de suas zonas de concentração.

Os japoneses. A emigração japonesa para o Brasil teve início em 1908, logo após o Gentlemen’s Agreement entre os Estados Unidos e o Japão, num total, até 1950, de 189.764 indivíduos. O Recenseamento Geral do Brasil registrou, em 1991, a existência de 82.572 pessoas de nacionalidade japonesa no país. Porém, a partir da categoria censitária “cor amarela” que engloba, também, chineses, coreanos e vietnamitas (quantitativamente inexpressivos), pode-se estimar, hoje, essa população em quase um milhão de indivíduos, o que representa de 6% a 7% da população total do país.

Os japoneses foram recebidos no Brasil como alternativa migratória pouco desejada, após vencer uma resistência muito grande de puristas raciais e culturais, não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina. Seu destino era a zona rural, onde, na falta de novos imigrantes ideais – latinos e católicos, ou, pelo menos, europeus brancos –, preencheriam a carência de mão-de-obra para a lavoura cafeeira. Daí por que o grosso desse contingente migratório foi, a exemplo dos italianos, distribuído pelas fazendas dos estados de São Paulo e Paraná, como mão-de-obra assalariada ou associada. Ainda, à semelhança dos italianos e dos alemães, constituíram-se em núcleos coloniais, de início no estado de São Paulo, e, posteriormente, nos estados do Norte e do Centro-oeste do país. Embora esses núcleos tenham lhes garantido, em solo rural brasileiro, negas de *territorialidade étni-*

ca, não atingiram, todavia, a importância das comunidades étnicas italianas e alemãs. Em síntese, a fixação do japonês na zona rural obedeceu aos dois modelos que direcionaram o roteiro do imigrante italiano: núcleos coloniais e mão-de-obra assalariada na grande lavoura, porém, com as características diferenciais assinaladas.

O imigrante rural em contexto urbano

A Segunda Guerra Mundial refletiu-se em vários planos da vida nacional, tendo, entre outras coisas, estimulado o processo de urbanização da população brasileira, que já começara a ganhar ênfase nos começos da década de 30. Com relação ao processo migratório estrangeiro, o conflito mundial significou a suspensão do fluxo migratório e a sua posterior retomada mais dentro de um caráter humanístico, ético e político: o país abre suas portas, de maneira limitada, a excedentes populacionais de nações que haviam sofrido diretamente a experiência da guerra. Incluem-se nessa categoria os *displaced persons* (deslocados de guerra). Para algumas correntes, volumosas no passado, como os italianos, alemães e japoneses, a migração pós-Segunda Guerra Mundial pode ser considerada inexpressiva do ponto de vista numérico. Com relação a outros grupos, como os judeus, por exemplo, a comparação entre o passado e o presente mostra que o fluxo antes e imediatamente depois do conflito foi bastante significativo.

Além de influenciar o fluxo migratório, a Segunda Guerra Mundial afetou a vida dos imigrantes e seus descendentes radicados em áreas rurais do país, recondicionando o seu processo de integração à vida nacional, com a urbanização de largas parcelas dessa população. Tal urbanização se dá através de dois caminhos, seguindo de perto os dois modelos de fixação já examinados: o dos núcleos coloniais concentrados e o da mão-de-obra assalariada.

Tachados como inimigos do Brasil, por serem originários dos países do “Eixo”, ita-

lianos, alemães e japoneses passam a sofrer uma série de restrições de ordem social, política e econômica. Os bens que conseguiram acumular durante anos e anos de trabalho são congelados pelo governo e suas marcas étnicas, agora sob suspeita, tornam-se mais visíveis e são tomadas como expressões perigosas. Esses imigrantes tornam-se suspeitos de conspirarem contra a unidade do país, sendo depreciativamente chamados de “quinta coluna”, isto é, agentes dos países inimigos infiltrados em vários setores da vida brasileira.

Os núcleos coloniais constituíram-se no alvo predileto dessa política supernacionalista de Vargas que impregnava todo o país. Pela sua visibilidade étnica “diferente” passaram à categoria ideológica de “quisto social” – algo anormal, doentio, estranho ao organismo nacional. Toda a decantada vocação assimilacionista da sociedade brasileira consubstancia-se, nessa época, numa política repressora contra os então chamados súditos do “Eixo” e as suas comunidades étnicas. Sob a ação policial dessa política rompedora de “quistos”, os núcleos têm suas fronteiras étnicas enfraquecidas, quando não quebradas, e se abrem para a sociedade nacional. Alguns desaparecem. Outros, alcançados de outro ângulo pela expansão do sistema urbano-industrial gerado no bojo da Segunda Guerra Mundial, transformam-se em florescentes cidades brasileiras, onde os cidadãos mais prestigiosos ligados a empreendimentos comerciais, industriais e intelectuais são de origem estrangeira, atuais e prósperos descendentes de antigos colonos.

Os imigrantes rurais assalariados, categoria em que se alojam os italianos e os japoneses, também são vítimas dessa política policial e descaracterizadora de identidades étnicas estrangeiras, mas sem a intensidade que alcançou os habitantes dos núcleos, por não formarem concentrações etnicamente muito visíveis. A urbanização desses imigrantes também se deu por caminhos diferentes: entram numa segunda etapa de migração, agora nas fronteiras do país, engajando-se, cada qual a seu modo, no processo de migração interna rural/ur-

ba que alcançava toda a população rural independentemente de suas marcas étnicas. Inaugura-se para grandes parcelas desses imigrantes uma nova etapa de integração à vida nacional, agora nos quadros urbanos, onde são inseridos em um sistema mais variado e complexo de relações sociais, passando a conviver com múltiplos estratos da população urbana, onde, ao lado dos nacionais, há outros migrantes estrangeiros e até mesmo elementos da mesma etnia que desde o início da imigração se fixaram na cidade. Nesse processo novo, italianos, alemães e japoneses reagem com peculiaridades próprias a novas situações e entram numa via de integração de dupla mão, mais aberta do que haviam trilhado no mundo rural, pois incorporam elementos culturais alheios e estendem as suas influências culturais sobre o cotidiano das cidades, principalmente, das grandes metrópoles.

Os italianos. Não se tem notícias de que a desintegração de núcleos coloniais italianos, como ocorreu, principalmente com os alemães, tenha sido dramática e nem que os estigmas lançados contra os “inimigos” da pátria tenham alcançado os italianos com a mesma intensidade com que envolveu os alemães e os japoneses. Talvez a compatibilidade étnica – brasileiro/italiano –, captada em termos de latinidade e catolicidade, aliada ao tempo maior de sua permanência no país e à onipresença do italiano na paisagem brasileira, seja a responsável pelo tratamento diferencial dispensado a esse grupo. Ou talvez, paradoxalmente, ao longo de tantos anos de convívio interétnico, as manifestações preconceituosas contra os italianos tão comuns no início da imigração tenham se naturalizado ou se esgotado. Nada mais havia a acrescentar. A verdade é que isso ocorreu e representou um fator que favoreceu a aceitação do italiano em novos papéis sociais urbanos. Além do mais, a presença do italiano rural, quer vindo de núcleos, quer vindo de fazendas de café, não constituía algo excepcional nos quadros urbanos brasileiros. Ao lado de lavas que se fixaram em áreas rurais, gran-

de parte dos migrantes italianos estabeleceu-se diretamente nas cidades, onde a estrutura ocupacional apresentava condições de absorver um tipo de mão-de-obra que mais correspondia às exigências da expansão do sistema industrial que se inaugurara no país a partir deste século. Além dessa mão-de-obra, que ajudou a formar o operariado brasileiro e a sua consciência política, um número considerável de italianos permaneceu nas grandes cidades desempenhando papéis específicos ligados ao artesanato, ao comércio, à indústria, à construção, às artes, principalmente cênicas e musicais. O que se pode afirmar é que a migração de italianos rurícolas para as cidades deu ao grupo maior visibilidade étnica e ampliou, até pelo seu volume, seus contatos sociais e influências culturais em relação a outros segmentos da população.

A onipresença italiana pode ser detectada no plano social e cultural. No primeiro caso, é produto da inserção do grupo em várias instâncias societárias, a começar pelos domínios familiares. Dotado de fraco etnocentrismo, se comparado aos alemães e aos japoneses, foi relativamente fácil ao italiano quebrar seus padrões de endogamia e estabelecer alianças matrimoniais com famílias brasileiras, dentro de um projeto de ascensão e reconhecimento sociais. Tais alianças não se fazem sem tensões, pois introduzem elementos desarmoniosos na lógica da herança muito preservada pelo grupo: o cônjuge brasileiro reluta em aceitar um sistema que favorece mais o homem do que a mulher, mais um filho – o mais velho ou o mais novo – do que outro.

Fora dos domínios domésticos, é bastante nítida a presença do italiano e de seus descendentes na vida social, intelectual, econômica. Sobrenomes italianos – às vezes conjugados a sobrenomes brasileiros, revelando a adoção do padrão de dupla linha de nomeação, que é estranho às tradições culturais italianas – denunciam a presença do grupo nas esferas políticas do país, quer no plano municipal, estadual ou federal. Seus descendentes ocuparam e ocupam altos cargos nos poderes da nação, tendo um deles – Ranieri Mazzilli – alcançado a Pre-

sidência da República, interinamente, na qualidade de presidente da Câmara Federal.

Na dimensão cultural, a onipresença italiana manifesta-se de forma eloqüente em vários aspectos da vida brasileira, desde hábitos alimentares, cultivos agrícolas (com destaque ao trigo e à vinha), expressões lingüísticas de uso corrente, padrões organizatórios de família – androcêntrica, extensa, patrilocal e patrilinear – até, como se disse, em expressões artísticas: teatro, música, artes plásticas, arquitetura, etc.

Em São Paulo, essa presença étnica exterioriza-se, de forma mais concreta, nos chamados bairros italianos, áreas da cidade onde predominam famílias desses imigrantes e de seus descendentes. Essas populações procuram reatualizar suas tradições culturais através da realização de festas profanas e religiosas, algumas já incluídas no calendário turístico da cidade, onde a música, a dança e a comida típica são elementos preponderantes. O mesmo ocorre nas partes meridionais do país.

A chamada onipresença cultural italiana em importantes regiões do país parece ser fruto da citada compatibilidade entre as duas culturas em contato – a brasileira e a italiana –, com origem e múltiplos pontos comuns. Tal afinidade não leva o processo de contato a sufocar completamente “a outra cultura”, deixando ampla margem para um dualismo cultural duradouro, sincrético, quase sistêmico. Talvez essa característica de ajustamento dos imigrantes italianos haja impedido, entre eles, o aparecimento de manifestações de inconformismo socio-cultural, movimentos reativos desafiadores, como ocorreu entre os japoneses, e que denotam crises de identidade étnica. As reações de não-conformidade em relação ao novo país expressaram-se mais no plano das reivindicações sociais e de classe, como assalariados rurais e urbanos, incentivando e participando das primeiras greves na cidade de São Paulo.

Os alemães. Emílio Willems classifica esses momentos de urbanização de populações rurais alemãs dentro de uma terceira etapa do processo de integração dos nú-

cleos coloniais à realidade brasileira. Essa fase começou com a urbanização e industrialização rápida de muitas comunidades étnicas, que se transformaram, em alguns casos, em cidades poderosas rodeadas de áreas rurais onde era, e continua sendo, grande o número de alemães e seus descendentes. Dentro desse *continuum* rural-urbano, que se inaugurou antes mesmo da Segunda Guerra Mundial, o cinturão étnico continuou relativamente intacto, e uma ideologia de exaltação étnica ganhou apoio da Alemanha de Hitler. Alemão e nazismo passaram a ser termos sinônimos. O governo brasileiro da época vê nisso o perigo dos famosos “quistos sociais” e desenvolve uma política nacionalista, aculturativa e integracionista, golpeadora das suas principais instituições, que são policiadas para que não pudessem propagar ideologias contrárias ao momento nacional: suas igrejas são vigiadas; suas escolas étnicas, fechadas; sua imprensa, proibida.

O resultado dessa política assimilacionista do Estado Novo, que procura desfazer-se de corpos estranhos ao organismo nacional, diluindo-os na realidade brasileira, foi, de um lado, a aceleração do processo de urbanização dos núcleos e, de outro, a dispersão de grandes parcelas dessa população por outras áreas do território nacional: muitos, a exemplo dos italianos, espalharam-se pelas cidades, outros, isoladamente ou em grupos, migraram para outras áreas do país.

Mesmo espalhada em contexto físico-social mais amplo, a população de origem alemã, no Brasil, cultiva, ainda, com muita intensidade, o princípio da endogamia étnica ou grupal, a demonstrar nesse plano algo que se manifesta em outros níveis das relações do grupo com o resto da população brasileira: o seu alto grau de etnocentrismo que, por sua vez, espelha uma autoimagem étnica muito valorizada. A endogamia é facilitada pelo expressivo volume populacional do grupo que, principalmente em áreas históricas de colonização, fornece um grande e virtual estoque de parceiros matrimoniais, eliminando, por isso, a necessidade de o grupo ultrapassar suas

fronteiras étnicas para estabelecer alianças matrimoniais com outros contingentes humanos. Do lado brasileiro, a não ser a resistência usual ao estrangeiro, o alemão, este-reotipado positivamente por uma ideologia racial que exalta a cor branca, goza de prestígio como parceiro matrimonial. A população de origem alemã é, obviamente, mais visível nas áreas de colonização do grupo, porém, em termos macroestruturais, sua presença é bastante nítida nas esferas científicas, políticas e militares: é expressivo o número de oficiais que descendem do grupo, tendo um deles – general Ernesto Geisel – chegado à Presidência da República, no período ditatorial iniciado em 1964.

Em termos culturais, se comparado ao italiano, o alemão não ostenta a mesma visibilidade na paisagem brasileira, a não ser, naturalmente, nas suas áreas de colonização, onde toda uma paisagem culturalmente trabalhada ostenta características tidas como tipicamente alemãs. Fora daí, no cotidiano da vida brasileira, a cultura alemã pouco influencia.

Os japoneses. Como trabalhadores rurais assalariados, os indesejáveis “braços amarelos” ocuparam a mais baixa escala da dicotomizada estrutura da variante rural brasileira, embora, na opinião dos próprios imigrantes, abaixo de sua situação estivessem os “caboclos” (campeiros brasileiros), sem-terra que alugam, e mal, a sua força de trabalho. Envolvido também pela série de fatores ligados à Segunda Guerra Mundial, que também o estigmatiza, o grupo nipônico redefiniu sua posição social através de uma trajetória socioeconômica que pode ser considerada ágil, se comparada às demais correntes migratórias menos recentes. A exemplo de outros imigrantes rurais, os japoneses acompanharam, até com mais desenvoltura, o ritmo acelerado da desruralização das áreas mais desenvolvidas, fixando-se, de preferência, em cidades dos estados economicamente mais adiantados do país, onde se concentram em maior número. Mesmo os que preferiram continuar na lavoura, instalaram-se nas pro-

ximidades das cidades, como pequenos proprietários, exercendo atividades ligadas à horticultura, floricultura, criação de animais e aves, que suprem diretamente o mercado consumidor urbano. Nessas atividades, mesmo lidando com a terra, desempenham, simultaneamente, papéis rurais e urbanos, sendo as suas cooperativas o mais acabado exemplo dessa ligação rural-urbano.

Quando a população adverte ostenta características raciais discrepantes do país de imigração, como é o caso do japonês, um elemento importante para se medir a sua aceitação pelo resto da população é o seu grau de miscigenação com outros grupos. Em outras palavras, a frequência de casamentos mistos, geradores de indivíduos mestiços. Como se viu, na dinâmica das cores, no Brasil, o mestiço de japonês identifica-se e é identificado como branco, indo como tal aumentar a cota de brancos na sociedade brasileira. Por esse motivo, nas estatísticas oficiais não há dados para se avaliar a frequência desse tipo de aliança matrimonial. Sabe-se, porém, que há, ou pelo menos houve, resistência ao casamento interétnico tanto por parte dos nipônicos como do lado chamado brasileiro. Embora, ao longo dos anos, o número de casamentos mistos pareça haver aumentado, tudo indica que, do lado brasileiro, o cônjuge amarelo não é muito valorizado, se compararmos a menor resistência a casamentos com outros grupos étnicos, excetuando o negro. Inquérito realizado há anos por Willems constatou que apenas 6% de alunas brasileiras das escolas secundárias de São Paulo admitiam a possibilidade de “ter um japonês como membro da família”. Do lado japonês, a resistência ao casamento misto que denota a quebra da endogamia grupal se dá a partir dos padrões organizatórios familiares, onde o culto dos antepassados ainda tem papel importante, e do alto grau de etnocentrismo do grupo. Estudos recentes, ao mesmo tempo que enfatizam a persistência dos padrões familiares tradicionais, destacam as aspirações das novas gerações, baseadas na valorização do amor romântico ocidental, que implica a substituição do casamento imposto pela fa-

mília pelo casamento preferencial dos cônjuges, dentro ou fora do grupo étnico. Tudo indica que a trajetória social dos japoneses fora do plano familiar também não se faz sem resistência se levarmos em conta o grande número de associações que procuram congregar, principalmente, os membros jovens do grupo nos quadros urbanos.

Autores japoneses vêem nesse fenômeno a cristalização, no Brasil, de uma vocação histórica dos japoneses em se associarem, como se houvesse entre eles espécie de espírito associativo muito forte que os levasse fatalmente a se reunir. De outra perspectiva, talvez melhor se explique o fenômeno: quando um grupo sente dificuldades em se inserir em diferentes instituições do país de imigração, tende a criar o seu mundo institucional paralelo, onde possa se reunir com seus iguais e reproduzir, microscopicamente, espaços sociais privados nos quais as barreiras de fora não interferem no relacionamento de seus membros. O procedimento e a discriminação que levam a criar a instituição paralela também o empurram para o seu interior. De um lado, essas associações têm como proposta funcionar como mecanismo auxiliar de integração do grupo à realidade nacional e, como esquema de preservação da identidade nipônica que pode se deteriorar no processo de abrasileiramento. No primeiro caso, essas associações seriam uma espécie de ponte entre o grupo étnico e a sociedade abrangente e, no segundo caso, uma resposta institucionalizada às desqualificações sociais e culturais a que está sendo submetido o grupo no país.

A presença cada vez mais enfática de japoneses e seus descendentes em várias instâncias da vida nacional documenta, porém, que o grupo está conseguindo, com certo êxito, furar as barreiras à sua integração. Na instância política, por exemplo, já é grande o número de descendentes de japoneses em cargos executivos e legislativos em todos os níveis da estrutura do poder, bem como nas universidades, nas profissões liberais, nos complexos industriais e comerciais.

Do ponto de vista cultural, a visibilidade

de japonesa é muito baixa, a indicar duplo processo: ao mesmo tempo que pouco influencia a vida cultural do país, tanto nos seus planos formais, como ao nível do cotidiano, o grupo perde características culturais vitais, como a língua e a religião. A língua japonesa só é exercitada nos domínios domésticos, assim mesmo em algumas famílias mais tradicionalistas. Os atuais descendentes dos imigrantes japoneses dominam mal um bilingüismo, em que a língua japonesa é o lado fraco. Isso se dá, em larga medida, como produto de uma política educacional brasileira que, preocupada com a preservação de uma identidade nacional ameaçada pela influência de povos estrangeiros, proibiu a alfabetização em língua que não a portuguesa e apenas – e mal – tolerava a existência de escolas étnicas em caráter suplementar. Nem só os japoneses, mas todos os outros grupos étnicos foram afetados por tal política, que, hoje, perde força.

No tocante à religião, os dados estatísticos são esclarecedores: em 1980, foram registrados apenas 257 mil fiéis de religiões orientais, para uma população de 672 mil pessoas recenseadas como sendo de cor amarela, o que permite deduzir que 60% do total do grupo estaria ou fora de qualquer religião, ou nos quadros das religiões cristãs, ou, então, cultivando a dupla religião (o catolicismo e os cultos de origem), ou, o que é mais provável, distribuídos pelas três situações.

Em síntese, a influência japonesa sobre a vida nacional, ainda que importante, limita-se a esferas mais diretamente ligadas à dimensão agrícola, mas, em última instância, ajudou a inovar esse setor da economia brasileira. A adoção de novos padrões de comercialização de produtos agrícolas e a inovação da lavoura tradicional brasileira, com a introdução de novas variedades de cultivares, novas técnicas de plantio e de tratamentos do solo, por exemplo, devem muito à contribuição dessa corrente migratória. Numa área urbana, como São Paulo, onde está a maior população de descendência nipônica, a cultura japonesa, ou o que dela resta, só ganha maior nitidez num bairro

central da cidade, que os japoneses compartilham com outros grupos orientais e amarelos. A visibilidade étnica começa nas características raciais da população e se prolonga no estilo das casas comerciais, nos produtos à venda, nos templos religiosos (tradicionalistas e modernos), nos restaurantes, nos cinemas que exibem filmes japoneses e na decoração das ruas, réplicas idealizadas de ruas de um Japão tradicional. Fora desse cotidiano, que inclui domínios domésticos e extradomésticos, há os momentos dos rituais públicos, marcados em geral pelo calendário religioso tradicional. A persistência dessa ecologia étnica na cena da cidade, quer se trate do japonês ou de grupos de outras origens, explica-se, em parte, pela função que esses bairros desempenham no projeto de integração dessas populações no novo país. O bairro étnico representou um tipo de estratégia adotada pelo grupo, visando o apoio e a ressocialização prévia dos adventícios para que estes pudessem enfrentar a vida lá fora, na sociedade nacional, sem grandes tropeços.

Essa situação, que reflete perda ou mimetismo cultural – ou ambos os fenômenos –, significa que a variante japonesa, se comparada, por exemplo, à italiana, teve pouca chance de ser cultivada pelo grupo. Esse fato gera, pelo menos, duas consequências: uma no plano teórico; outra na vida dos japoneses. Há uma linha interpretativa na antropologia das relações interétnicas que consegue ver variantes da cultura brasileira, influenciada pelo imigrante, como a cultura ítalo-brasileira, a teuto-brasileira e assim por diante. Essa possibilidade conceitual, mesmo criticada por alguns autores, coloca em evidência o fato de que os traços culturais italianos e alemães, em pelo menos certas áreas da realidade brasileira, são tão nítidos que não podem ser, teoricamente, negligenciados. Porém, não se pode nessa linha analítico-interpretativa falar na constituição de um hibridismo cultural nipo-brasileiro. O termo nipo-brasileiro é usado – e o seu uso é freqüente e corriqueiro – para se designar o descendente do japonês, a partir da primeira geração, como aquele indivíduo que, sendo

culturalmente brasileiro, exhibe marcas físicas distintas da população tida e havida como nacional. Portanto, nipo-brasileiro é menos um conceito de cultura do que de raça e de biologia.

No processo de ajustamento do grupo à sociedade brasileira, essa contenção cultural gerou atitudes de inconformismo cultural a indicar autênticas crises de identidade do grupo perante novas opções de vida. Atualmente, isso se pode observar nos papéis desempenhados pelas numerosas associações da colônia nipônica, onde há espaço muito grande reservado ao cultivo das tradições culturais japonesas. Logo após a Segunda Guerra Mundial, quando a repressão violenta ao grupo e a sua cultura, identificados como “perigo amarelo”, atingiu o auge, as reações inconformistas foram canalizadas politicamente por lideranças do grupo, resultando numa luta intestina entre os que admitiam (derrotistas) e os que não admitiam (vitoristas) a derrota do Japão frente aos aliados. Organizadas num grupo secreto e terrorista – Shindô Renmei (A Liga do Caminho dos Súditos) –, as vanguardas extremistas da facção vitorista eliminaram fisicamente adeptos do derrotismo, espalhando o pânico na colônia japonesa e reforçando, entre os brasileiros, o estigma que sempre acompanhou essa corrente migratória: gente perigosa. Willems e Saito, apoiando-se em teorias da época, afirmavam que na dinâmica do processo de aculturação, a que estava envolvida essa população (há 40 anos no país), *derrotistas* (Nake Gunni) e *vitoristas* (Kaki Gunni), simbolicamente, expressavam o duro duelo entre forças aculturativas e forças antiaculturativas. A dialética das culturas em contato gerava então crises dramáticas de lealdade e de identidade étnicas que, de forma atenuada, ainda se observa, hoje, entre os descendentes de japoneses e que, teoricamente, têm sido explicadas em termos de atitudes e comportamentos sociais ambivalentes. Paradoxalmente, os descendentes de japoneses que retornam ao Japão para trabalhos temporários – *os dekasseguis* – são estigmatizados, no país de seus ancestrais, como brasileiros e não como japo-

neses, a criar, assim, nova teia de ambigüidades para esse contingente migratório.

Os imigrantes urbanos

Os sírio-libaneses. Segundo dados censitários, no período de 1871-1942 teriam entrado no Brasil 105.206 imigrantes “turcos” ou “turco-árabes”, estando incluídos nessas duas categorias 25.744 sírio-libaneses, 825 armênios e 78.637 turcos. Com certeza, esses “turcos” eram na sua quase totalidade imigrantes sírio-libaneses, pois até 1892 todos os oriundos do Oriente Próximo eram classificados, indistintamente, de início, como “turcos” e, depois, como “turco-árabes”, pois a região de proveniência dessas correntes migratórias era parte do Império Otomano. A escassa literatura sociológica sobre esse grupo continua tratando sírios e libaneses como um só grupo étnico, reafirmando-se, nesse conceito, o fato de que o Líbano pertencia politicamente à Síria até 1926. O censo de 1991 registra 21.580 sírio-libaneses, sendo 17.186 libaneses e 4.394 sírios, enquanto os turcos alcançam o pequeno número de 815 indivíduos. Mas, no conceito popular, todos esses imigrantes são “turcos”, termo usado, em geral, com sentido altamente pejorativo, associado à ganância, à mentalidade argentária, à falta de seriedade nos negócios, à ostentação, etc.

Quantos “turcos” há hoje no Brasil? Difícil dizer, uma vez que o termo designa tanto o imigrante como os seus descendentes. Na avaliação do brasileiro comum e nas categorias de cor adotadas pelo censo, os “turcos” fazem parte da parcela branca da população, confundindo-se pela pigmentação com as populações européias, a despeito de sua origem asiática.

Como os judeus e, até certo ponto, como os espanhóis, os sírio-libaneses excluíram de seu projeto migratório a zona rural e se instalaram nas cidades, desempenhando funções urbanas. A trajetória da integração do grupo tem como ponto inicial a exploração de pequenos empreendimentos comerciais e a venda à prestação, como o mascate

de mercadorias pelas áreas do país onde o comércio regular não alcançava. O primeiro vendedor ambulante na história do Brasil foi o mascate português, réplica do almocreve da Península Ibérica; nessa tarefa, o português foi, mais tarde, substituído pelo italiano que, por sua vez, foi posteriormente desalojado pelo “turco”. Daí a associação, no Brasil, da expressão étnica com a mercantil: ser mascate é sinônimo pejorativo de “turco”, ou sírio-libanês. A versão moderna do mascate (às vezes, o ex-mascate) é o industrial ou o comerciante, de início, ligado a empreendimentos têxteis e à comercialização de tecidos, e, atualmente, explorando outros ramos da atividade econômica, em especial o especulativo e o imobiliário.

A preferência do grupo pelos quadros urbanos e, dentro destes, pelas atividades mercantis, deu-lhe uma visibilidade social muitas vezes estereotipada, que suplanta a relativa inexpressividade numérica do contingente. Pelo menos em São Paulo, tal visibilidade é detectada em vários planos, desde o racial até o ecológico, passando pelo econômico e pelo político. Embora categorizado como parte da população branca, o sírio-libanês é facilmente identificado, e até caricaturado, pelos seus caracteres fenotípicos ou raciais que o brasileiro comum reconhece de imediato. Sua presença no plano ecológico faz-se através de sua concentração em bairros específicos, dedicados ao comércio de tecido; nas grandes mansões construídas em bairros nobres da cidade, dentro de estilos arábicos; em clubes e hospitais com nomes evocativos da colônia e, atualmente, no progressivo aumento de vias públicas com nomes de sírio-libaneses.

No plano econômico, a sua presença é marcante e se reflete no nome das firmas industriais e comerciais que os modernos meios de comunicação de massa difundem pelo país e nos nomes e retratos de membros de famílias economicamente mais bem-sucedidas que as colunas sociais estampam nos jornais de grande circulação. Quando membros do grupo optam por outros canais de integração, as carreiras universitárias de maior prestígio são as prefe-

ridas. Assim, grande é o número de descendentes de sírio-libaneses entre médicos, advogados, odontólogos e engenheiros. Nessa escala de preferências, como ocorre com os japoneses, as carreiras humanísticas são negligenciadas e subalternizadas.

No plano político, a partir de 1930, a participação do sírio-libanês é cada vez mais acentuada, suplantando todos os demais grupos de imigrantes, com exceção do italiano. Desde 1934 já havia membros do grupo na Câmara Federal e, em 1948, 28 municípios do estado de São Paulo – o mais desenvolvido do país – tinham prefeitos de origem sírio-libanesa. Atualmente, eles estão em todos os planos políticos, desde a base até a cúpula do poder, sem todavia haverem alcançado a Presidência da República, como ocorreu com os italianos e os alemães.

O projeto urbano do grupo sírio-libanês, definindo metas e roteiros específicos de ascensão socioeconômica, de certa forma condicionou a sua integração à vida nacional. É uma estratégia que pressupõe, ou mesmo exige, intensa convivência com a sociedade local e o estabelecimento de alianças de várias naturezas com outros grupos sociais, até mesmo no plano do casamento, o que imprimiu um ritmo acelerado de abasileiramento às novas gerações.

Todavia, observações, mesmo corriqueiras, mostram que o grupo continua fortemente endogâmico, respaldado no seu alto grau de etnocentrismo, nas restrições preconceituosas dos brasileiros aos cônjuges dessas nacionalidades e, principalmente, no tipo de família sírio-libanesa. O padrão de emigração sírio-libanesa, mais individualizada que familiar, impediu a reprodução, no Brasil, da família camponesa árabe, diferentemente do que ocorreu com os italianos. Mas há uma tendência, ou padrão ideal, que faz o sírio-libanês tentar seguir um modelo organizatório com alguns elementos dessa família extensa, como a forte vocação androcêntrica, a figura do patriarca, a sujeição da vontade dos filhos à vontade paterna, a patrilocalidade, a patrilinearidade e o casamento arranjado entre famílias ou imposto.

A endogamia, que flui como produto

desses fatores, está sendo ultimamente quebrada e, nesse corte, há forte caráter de classe: o sírio-libanês aceita o cônjuge de outro segmento étnico de preferência que seja de classe elevada. A exemplo dos imigrantes italianos, a aliança matrimonial funciona como mecanismo de ascensão social da família, e, por extensão, do grupo étnico.

Na reciprocidade de elementos culturais, a influência árabe sobre a cultura nacional é muito rarefeita sendo quase imperceptível no cotidiano brasileiro. Em contrapartida, o contato enfraqueceu, ao longo dos anos, dois importantes elementos definidores da etnicidade do grupo: a língua e a religião.

A língua árabe reduziu-se, no Brasil, a dialetos falados por populações incultas e as gerações novas demonstram pouco interesse em mantê-los. As tentativas de se cultivar o árabe erudito têm sido dificultadas pela pouca vocação humanista do grupo e pela ausência de escolas étnicas. De início, os imigrantes pobres tiveram dificuldades de manter escolas privadas de alfabetização, escolas que, aliás, a própria política educacional brasileira, quando não impediu, desestimulou.

Do ponto de vista religioso, a esmagadora maioria dos que aportaram no Brasil declarou-se filiada às igrejas greco-ortodoxa e maronita. Na preferência das novas gerações, essas igrejas foram pouco a pouco sendo substituídas pela igreja católica romana. Tal substituição se explica, em parte, porque ser católico é se definir como brasileiro, e isso é essencial para segmentos ávidos de aceitação social. De outra parte, os próprios sírio-libaneses, pobres antes, enriquecidos agora, preferiam, como estratégia integracionista, matricular seus filhos em colégios católicos de prestígio, freqüentados pelas elites brasileiras.

Todas essas alternativas educacionais e religiosas se colocam para o sírio-libanês que habita grandes cidades como São Paulo. Aos que se fixaram em pequenas cidades interioranas – e foram muitos – só lhes restavam como mecanismos socializadores a escola e a igreja disponíveis nas comunidades das áreas próximas.

É necessário reter que o grupo diversifica-se internamente em termos de classe, levando à dispersão dessa população por bairros ricos e bairros pobres e fazendo surgir, até na mesma parentela, famílias pobres e famílias ricas. Essa estratificação, ao mesmo tempo que impede a consolidação de uma consciência étnica comum, estabelece novas e diferentes estratégias de integração de indivíduos e subgrupos na sociedade brasileira.

Os judeus. Embora desde o século XVI judeus tenham vindo ao Brasil, como exilados ou deportados, foi no século XVII que essa vinda se intensificou com levas de imigrantes atraídos pelo Brasil Holandês e como cristãos-novos e indivíduos judaizantes que, ao fugirem de perseguições inquisitórias na Península Ibérica, buscavam a colônia portuguesa em busca de oportunidade econômica. No Brasil Colônia, segundo os historiadores, exerceram importantes funções na vida política e econômica, vivendo principalmente do comércio de açúcar e possuindo escravos, imóveis e objetos de valor.

Todavia, os estudiosos da imigração estrangeira colocam o início do século XX como o marco inicial da imigração judaica para o Brasil. Foi neste século que se registraram entradas maciças de judeus, em levas sucessivas, principalmente entre as duas guerras e logo após o segundo conflito mundial. O censo de 1991 registra um total de 2.130 indivíduos que se declararam judeus provenientes de Israel, mas organizações do grupo estimavam, em 1969, a existência de 140.000 judeus, dos quais 57 mil (40%) estariam concentrados em São Paulo e o restante (60%) em grandes centros urbanos, notadamente no Rio de Janeiro, ex-capital do país. É, portanto, uma imigração de natureza urbana, embora haja registro da existência, no começo do século, de núcleos coloniais em meio rural do Sul do país, como as colônias agrícolas Philipson e Quatro Irmãos, com judeus da Europa Oriental, e, mais recentemente, de um grupo de judeus da Europa Central que fundou, no interior rural do estado do

Paraná, um núcleo, hoje cidade, com o nome de Rolândia. Nas cidades, os judeus dedicaram-se principalmente ao mascatear, ao comércio regular, à indústria e às profissões de nível universitário.

Pesquisa feita na década de 70 por professor da Universidade de São Paulo documenta que, entre 11.926 judeus (41,4% da força de trabalho do grupo), 15,3% eram diretores e gerentes de empresas comerciais e industriais, 14,9% exerciam profissões liberais e 27,3% eram empregadores e proprietários de empresas. Os restantes estavam distribuídos entre intelectuais, operários, empregados, aposentados e desempregados. Baseado nessa estatística, o autor da pesquisa inclui os judeus de São Paulo, predominantemente, nas classes média e superior.

Ao se tomar como exemplo o que se passa em São Paulo, os judeus do Brasil se representam como *comunidade judaica*. Seria um conceito mais bem-acabado de “mundo paralelo” de etnias, como os japoneses, que, ao se depararem com dificuldades de aceitação na sociedade ampla, optam por criar mecanismos institucionais, o que dá a sua integração um caráter de semi-simbiose. No conceito de *comunidade judaica* está implícita a idéia de uma comunidade etnicamente diferenciada, cujos membros se articulam preferencialmente entre si num sistema de relações sociais privativas de um grupo que se basta a si mesmo, com limites claros que a impede de ser confundida com a sociedade global, na qual se aloja e procura se manter como organismo singular. Não apenas elementos do grupo assim se representam, como o conceito tem sido incorporado, sem maiores críticas, por estudiosos da imigração judaica. Essa representação, ou realidade ideologizada, sustenta-se em algumas idéias essenciais:

1) a idéia de uma singularidade social e étnica, que é construída em relação, ou em oposição, ao “outro”, através de mecanismos preconceituosos e discriminatórios manejados tanto pelo judeu com relação ao “outro”, como deste em relação ao judeu;

2) a idéia de uma filiação cultural do grupo a uma tradição específica, cuja ma-

triz, em última instância, confunde-se com as elaborações culturais derivadas direta ou indiretamente de uma religião comum: o judaísmo;

3) a idéia da posse de uma espécie de *território étnico* representado pela concentração do grupo em áreas específicas da cidade, que vai de zona, passa pelo bairro e chega, em alguns casos, a edifícios privativos do grupo;

4) finalmente, a idéia de que seus membros compartilham o mesmo estilo de vida, definido nos dias atuais, em larga extensão, pelas classes sociais (média e superior) dentro das quais a maioria do grupo se aloja.

Os fatores sociais e o ideário que constroem a *comunidade* são, em última análise, os fatores e o conjunto de idéias que respondem pela *união moral* de cada judeu e de todos com o seu grupo étnico. Todavia, a dinâmica da integração dos judeus aos quadros urbanos, sempre tomando São Paulo como exemplo, parece conspirar contra a preservação da comunidade.

Os dados censitários disponíveis mostram que 1/4 da população que chegou a São Paulo, entre 1951 e 1968, ainda que revelem predominância de judeus da Europa Oriental e Ocidental, proveio de mais de 60 países: europeus, árabes, sul-americanos e, mesmo, de Israel. Cada corrente trouxe consigo a experiência histórica e cultural de seus locais de origem. Como a imigração judaica, além de muito recente no país, sofreu constante renovação através de levadas sucessivas, não houve tempo histórico suficiente para que, eventualmente, essa heterogeneidade viesse a transformar-se numa homogeneidade cultural, uma das pedras angulares para a construção da identidade judaica, implícita na idéia de *comunidade*. Daí o apelo constante à história singular dos judeus na face da Terra.

O mesmo ocorre no plano estrutural. A predominância, em São Paulo, de judeus nas classes média e superior não elimina o fato de haver judeus em classes inferiores, o que aliás justifica a existência de instituições assistenciais mantidas pelo e para o grupo. Essa estratificação social tende, entre outras coisas, a desfazer a contigüidade

geográfica do grupo: o padrão de concentração espacial, que robustece a idéia de *comunidade* no plano ecológico, é quebrado pela distribuição da população judaica por bairros de classe alta, média e baixa, ou pelo menos média-baixa. Do ponto de vista etário, o grupo foi, na época da pesquisa (década de 70), considerado jovem: pelo menos 50% da população total era constituída de pessoas nascidas no Brasil, com predominância de jovens com menos de 30 anos. Esse fato colocava em confronto as gerações mais velhas, que procuraram preservar as singularidades do grupo, e as gerações novas, com alto peso numérico, sendo envolvidas pelo estilo de vida urbano brasileiro definido, naturalmente, pela classe. No fundo, esse confronto colocou-se em termos de oposição entre o religioso e o laico. Segundo a pesquisa já referida, é indisfarçável e, ao que tudo indica, incontrolável o desinteresse das novas gerações pela religião, detectado na falta de freqüência a sinagogas e na inobservância de festas e ritos previstos nas leis rabínicas. Tomada isoladamente a laicização do judeu não parece se construir em fator de desintegração de uma eventual comunidade grupal, porque está se realizando através de instituições ligadas ao lazer, criadas pela própria *comunidade*.

O grupo laiciza-se no interior da comunidade étnica e a dialética religião-laicização se fere dentro das fronteiras do grupo, o que permite concluir que a comunidade, ao não conseguir evitar o enfraquecimento do nexos religioso, procura em outros níveis o cimento que a mantenha unida.

Essas considerações conduzem ao destaque de alguns elementos implícitos no projeto adotado pelo grupo para integrar-se à vida nacional. Como aos sírio-libaneses e a outros imigrantes urbanos, esse modelo, ou projeto, exige intensa, ampla e variada interação social com o mundo de fora, obrigando os membros do grupo a socializarem-se dentro da nova ordem social a fim de terem o domínio adequado de técnicas essenciais ao desempenho de múltiplas atividades. Por seu lado, a estratégia de integração à nova realidade, impli-

cita na idéia de *comunidade*, prevê a possibilidade de o membro do grupo articular-se apenas com algumas instâncias da sociedade hospedeira, sem se permitir a ela pertencer, sem se deixar por ela se envolver, sem nela se diluir. Enfim, sanciona-se o relacionamento apenas simbiótico do grupo com a sociedade abrangente, como uma das únicas maneiras de se preservar, em terra estranha, uma identidade judaica. Essa contradição é, parcialmente, atenuada com a ampliação, como se viu, da *comunidade* para além dos espaços religiosos, criando alternativas para que o judeu, mesmo laicizado, possa cultivar sua sociabilidade dentro do grupo, a não ser, evidentemente, aquela derivada das atividades socioprofissionais. Além de abrir e ampliar espaços sociais privativos ao grupo, outra maneira de se preservar a identidade grupal tem sido a de reforçar a socialização étnica das novas gerações, através de mecanismos formais. Esses mecanismos – família, escolas, associações laicas e religiosas – amarraram mais os laços sociais dos membros da comunidade e realimentam, constantemente, uma consciência étnica através do cultivo sistemático da língua e de ensinamentos baseados nos textos sagrados (Bíblia, Torá e Talmude) e na gênese e história singular do povo judeu, onde o tradicional funde-se com as experiências trágicas mais recentes: o chamado *holocausto*.

Dentre esses mecanismos socializadores tem papel destacado a família. Mesmo destituída de suas mais importantes funções socializadoras, como aliás ocorre em todas as sociedades modernas, o grupo doméstico judeu tem um papel importante porque, em seus domínios, é que se situa o problema do casamento misto. Rattner, o autor da pesquisa já citada, afirma que o casamento com parceiro não-judeu é, ou era, “considerado uma desgraça pelas famílias atingidas, por resultar não raramente em afastamento definitivo da comunidade”. Além do depauperamento numérico do grupo, com a perda de elementos, é preciso destacar que o casamento misto representa também um perigo à identidade do grupo. A quebra do padrão endogâmico,

além de denotar preocupante enfraquecimento, ou a ele conduzir, do alto grau de etnocentrismo do grupo, pode ainda produzir mais duas conseqüências:

1) a nova família não funcionará mais como mecanismo socializador de novos membros dentro da tradição judaica, isto é, não construirá, social e culturalmente, mais judeus;

2) quando no casamento misto o parceiro feminino é o não-judeu, a descendência estará alijada da categoria étnica, pois, segundo as teses rabínicas, judeu é o indivíduo filho de mãe judia ou, então, convertido ao judaísmo. Daí, porque é, ou era, relativamente rara no Brasil a quebra da endogamia do grupo.

Por fim, esse modelo de integração social revela uma tendência, pelo menos parcial, ao isolamento. Esse caráter isolacionista produz, pelo menos, dois resultados: um no plano do social; outro, no da cultura. Na primeira situação, é gerador de atitudes de ressentimento dos nacionais, socialmente canalizadas contra o grupo que se pretende isolar. Sentindo-se agredida pelo comportamento isolacionista, a sociedade revida, potencializando o componente preconceito/discriminação embutido no persistente modelo assimilacionista brasileiro, que joga tanto com o preconceito como com a discriminação, como peças de um mecanismo repressor de manifestações de inconformismo dessa natureza. Esse mecanismo psicossocial constrange, em vários planos e de múltiplas maneiras, o grupo a se abrir e a estabelecer conexões com a sociedade brasileira. Em síntese, o componente assimilacionista do modelo plurirracial brasileiro, ainda persistente, exacerbava-se face a insistências de alteridades étnicas: ocorreu com os japoneses e com os alemães; ocorre, também, com os judeus. Foi o que ocorreu, como se afirmou, durante o governo Vargas, quando houve manifestação contra o “perigo judeu”, equiparando-o ao “perigo amarelo”.

Mesmo levando em consideração a forte presença de judeus na vida intelectual e acadêmica do país, do ponto de vista cultural não se pode afirmar que haja influência significativa judaica na sociedade brasileira, a

não ser que se contabilize como tal a tradição religiosa judaico-cristão. O modelo de integração adotado, ao demarcar os limites do grupo, ao confinar seus membros a uma teia preferencial de relações intra-étnicas, ao calibrar a articulação do grupo com o todo nacional, funciona como bloqueio à eventual expansão de expressões culturais judias pela vida nacional. Tais expressões culturais são produzidas pelo grupo e para o grupo e só excepcionalmente são colocadas ao alcance dos “outros”. Em contrapartida, essas fronteiras comunitárias não conseguem impedir que o grupo, envolvido pela sociedade brasileira, vá perdendo elementos culturais da tradição judaica.

CONCLUSÃO – (RE)ELABORAÇÃO DE IDENTIDADES ÉTNICAS: NEGROS E IMIGRANTES FACE A FACE

No atual discurso dos movimentos reivindicatórios dos negros, há um espaço à presença e ao significado daquela massa migratória de origem estrangeira, que foi o principal objetivo de análise deste artigo. Nessa peça ideológica, procura-se interpretar a atração de imigrantes estrangeiros como fruto de uma política nacional, que teve, como objetivo, nem sempre explicitado, *branquear* uma população ameaçada de *empretecer-se* sob o peso numérico dos negros e de seus descendentes no país. Tópicos das sucessivas leis que, a partir de 1808, disciplinaram a fixação de imigrantes no Brasil, são usados como argumentos para sedimentar tal tese. Algumas disposições legais são interpretadas como medidas visando, de um lado, a evitar a mistura de emigrantes e negros e, ao mesmo tempo, impedir o aumento de pretos e estimular o crescimento da população branca no país, e, de outro lado, como iniciativas destinadas a proteger o imigrante, como categoria privilegiada, dentro da população brasileira.

Quando se instalaram os primeiros nú-

cleos coloniais, no começo do século XIX, proibiu-se nesses aglomerados a presença do negro escravo. Essa proibição, com caráter mais abrangente, foi incorporada, em 1857, pelo Decreto 3.784, que aprovou o Regulamento para as Colônias do Estado. Em seu art. 40, o mencionado Decreto prevê que “é expressamente proibido, sob qualquer pretexto, a residência de escravos nas colônias, como, também, que pessoas nelas se estabeleçam levando escravos em sua companhia”. Tais disposições legais impediram, até 1888, no âmbito das relações de trabalho, a convivência entre trabalhadores livres e escravos, o que, em última instância, levou à separação ecológica e social de imigrantes brancos e segmentos negros da população, estabelecendo-se, assim, espaços físicos e humanos onde o negro não poderia fixar-se. Anteriormente, a Carta Régia de 13 de setembro de 1830 – a primeira lei que disciplina o trabalho de nacionais e estrangeiros no país – previa, no seu art. 8^o, que o contrato de prestação de serviços “não poderá celebrar-se, debaixo de qualquer pretexto que seja, com os *africanos bárbaros, à exceção daquelas que atualmente existem no Brasil*”. Já em pleno regime republicano, o Decreto 528, assinado pelo primeiro presidente da recém-proclamada República, general Deodoro da Fonseca, em seus três primeiros artigos especifica que *não* teriam livre acesso aos portos brasileiros, como imigrantes, os “*indígenas da Ásia e da África*”. Portanto, quando o negro deixou de ser escravo e poderia vir ao Brasil na categoria de imigrante, as medidas restritivas mantiveram-se, certamente, incorporando toda uma ideologia de exaltação da raça branca que encontrara lugar de destaque no pensamento brasileiro da época. Nina Rodrigues, um autor do começo do século, que expressava bem essa mentalidade nacional, saudava a imigração estrangeira como a grande responsável pelo surgimento, nas partes meridionais do país, de um Brasil branco, moderno e adiantado, contrastando com as áreas setentrionais predominantemente habitadas por negros e mestiços, onde a imigração européia e o pro-

gresso não chegaram. Essa tese, que levou à preferência pelo imigrante branco, europeu, católico e latino, ainda se infiltrou nas disposições constitucionais que, em 1934, estabeleciam percentuais de imigração. No fundo, era uma tentativa de, através de cotas, bloquear a vinda de contingentes asiáticos que poderiam comprometer aquele perfil ideal de imigrante.

Com relação à dialética negro-branco, o que as estatísticas registram é que, de 1890 a 1900, isto é, nos dez primeiros anos após a abolição dos escravos, aportaram no Brasil, aproximadamente, um milhão e meio de imigrantes brancos (os amarelos só chegaram a partir de 1808), o dobro, portanto, do total que entrou entre 1808 e 1888, isto é, nos 80 anos iniciais da imigração.

Toda a legislação referente à imigração é, basicamente, uma ordenação legal visando proteger os imigrantes e, assim, tornar o país mais atraente para essas levas adventícias. Essas medidas protecionistas, em detrimento dos nacionais, entre os quais estavam os negros, só foram corrigidas, de forma mais completa, em 1934. Nesse ano, pelo Decreto 24.215, que incorporava legislações anteriores de 1921 e 1930, são adotadas medidas restritivas à imigração estrangeira a fim de proteger o trabalho dos nacionais na crise de desemprego, que se acentuara a partir de 1929, e, também, por motivos ideológico-políticos ligados ao papel desempenhado, principalmente pelos italianos, nos movimentos grevistas operários, que desde o início do século “podiam pôr em risco a segurança nacional”. Na lista das medidas tutelares ao imigrante figuram a concessão de terras (de início, gratuita; depois de 1850, vendida com grandes facilidades), as passagens subsidiadas, o alojamento, a locomoção, a proteção ao menor e à mulher que enviuvou, o repatriamento gratuito em casos especiais, a criação de instituições destinadas à assistência geral e à colocação profissional do imigrante, etc.

Fica patente, nessa peça do discurso de negros, a convicção de que, após a abolição, os negros, que desde o século XVI ajudaram a construir o país, ficaram entregues a sua própria sorte, desprotegidos

numa nova ordem social competitiva, enquanto o Estado investia em uma população que em nada havia contribuído para a construção da nação. À medida que, a partir desse patamar criado por privilégios, os imigrantes começaram a ascender econômica, social e politicamente, enquanto os negros permaneciam nos mais baixos estratos da população brasileira, o ressentimento cresce e, hoje, está sendo politicamente explorado pelas lideranças negras desejosas de uma reparação do país às injustiças de que foram vítimas através da história. Durante o Império, o negro como escravo ficou à margem da evolução socioeconômica que a ordem estamental permitia. Na República, o negro passa de escravo a cidadão, mas continua sendo atropelado e deixado para trás por grupos étnicos que só recentemente ingressaram na história do país. Isto é, na estrutura de classe do sistema capitalista, que se instaura no Brasil no final do século passado, os negros continuam à margem, como grupo étnico desprivilegiado social e economicamente. Em anos recentes, a toponímia registra vias públicas e rodovias com nomes de imigrantes, ao passo que o negro se vê preterido até mesmo por essa forma de registrar a sua presença e importância na sociedade brasileira.

É preciso reter que esse ressentimento contra o imigrante que ascende na estrutura social não parte apenas dos negros, pois, ao que tudo indica, é um componente que permeia as relações entre nacionais pobres, independentemente da cor, e os descendentes de estrangeiros que enriqueceram. Atrás desse ressentimento, que permanece meio embotado no cotidiano das pessoas, mas aflora em situações competitivas, está uma representação que, atuando de forma seletiva, associa, indevida e estereotipadamente, o imigrante a êxito econômico.

Essa representação deixa de lado o fato de que, em suas tentativas de integração à sociedade de classe, os imigrantes e seus descendentes, como todo o resto da população brasileira, estão submetidos a um processo de peneiramento social, que distribui, segundo múltiplos critérios, os indivíduos e grupos pelos diferentes estratos

sociais. O processo de integração do imigrante à realidade nacional, indissociável do sistema que o trouxe à nova terra, gera nos limites de cada grupo étnico (em alguns de forma mais evidente, como os italianos) o operário e o empresário, o empregado e o empregador, a base e a cúpula, embora, teoricamente, esse sistema não impeça a passagem de personalidades de um pólo ao outro, através das camadas intermediárias. Em suma, essa representação, que fornece os elementos para o discurso de negros, ignora aqueles imigrantes e seus descendentes que vivem, como – às vezes com – os negros, as mesmas condições de pobreza que afetam as massas desprivilegiadas na vida brasileira, tanto no campo como na cidade. Aliás, a própria reflexão científica incorpora a associação imigrante-mobilidade ascensional quando, ao tratar dos processos de integração desses contingentes, destaca aquelas tendências responsáveis pela presença de representantes desses grupos em *status* privilegiados das diferentes instâncias da sociedade nacional. Raciocina-se como se integração social fosse sinônimo de conquistas de melhores espaços na sociedade de adoção, uma vez que essas conquistas pressupõem quebra de barreiras à mobilidade social. De qualquer forma não se pode deixar de reconhecer que no poder econômico da variante urbano-industrial, e mesmo de certas áreas rurais, da moderna sociedade brasileira é muito visível a presença dos imigrantes e de seus descendentes, o que demonstra que o processo de ascensão social desses grupos foi, e continua sendo, muito ágil, se comparada ao do negro.

Parece não haver um discurso do estrangeiro e de seus descendentes sobre pretos e mulatos. Na falta de dados, pode-se aventar a hipótese de que, como etnias específicas, cada segmento migratório possa ter o seu discurso a respeito de si e dos grupos que o rodeiam e que, como brancos, compartilhem do mesmo discurso a respeito dos grupos negros. Todavia, algumas pesquisas, embora tocando apenas residualmente no tema, levantam dados que sugerem pistas que poderão, provisoriamente,

suprir a falta de informações sistemáticas:

a) A primeira pista é de que o imigrante, por ter sido socializado em situações históricas das quais o negro era um elemento desconhecido, ou pelo menos distante, não teria, ao chegar ao Brasil, referenciais ideológicos para situar o negro e se situar em relação a esse grupo. Posteriormente, o imigrante, ao se ressocializar na vida nacional, passa a incorporar uma série de valores e comportamentos a respeito dos negros e dos mulatos, permeados, como se viu, pelo preconceito e pela discriminação. Portanto, na nova terra o imigrante aprende a preconceituar e a discriminar da mesma maneira como aprende a falar a nova língua e a adotar novos hábitos. Enfim, aprende a ser brasileiro.

b) A segunda é de que o descendente do imigrante, até onde é possível se saber, mostra-se ambivalente em relação ao negro, enquanto esta realidade engloba o homem e a cultura. Assim, a tomar como exemplo o que ocorreu com os italianos, a primeira geração, ansiosa por escapar da categoria estigmatizada de imigrantes estrangeiros, demonstrou uma tendência muito grande de aderir a tudo aquilo que na sociedade nacional mais dá a marca de brasileiro a grupos e pessoas. Neste caso, ser brasileiro é valorizar o branco e desvalorizar o negro, mas ser brasileiro é, também, incorporar símbolos da cultura negra e exibi-la como marcas de autenticidade nacional. Não é por acaso que Menotti Del Picchia, filho de italianos, foi, em 1917, o primeiro a incluir na sua poética a figura do negro-herói, representado pelo personagem Juca Mulato, que dá o nome a seu poema. Nem é por acaso que o maestro Francisco Mignone aproveitou em sua *Quarta Fantasia*, músicas de negros das escolas-de-samba do Rio de Janeiro.

c) A terceira é que, por ser personagem mais recente na história do país, o imigrante não participa, tanto quanto o brasileiro mais antigo, de uma memória nacional que insiste em não esquecer a escravidão e vê em cada negro ou mulato um ex-escravo, um ser social um pouco amputado historicamente, incapaz, portanto, de exercer, de

maneira plena, novos papéis de cidadão. A memória de origem rural guarda teses a favor e contra a libertação dos escravos que são ainda hoje verbalizadas, com frequência, de modo desconcertante, em ocasiões em que o comportamento do negro é submetido a julgamento.

d) Finalmente, uma quarta pista sugere a hipótese de que a aparente ausência de preconceito do imigrante contra o negro seja fruto de dados colhidos entre populações pobres, que compartilham espaços ecológicos comuns. Essa hipótese, infirmada por duas pesquisas, baseia-se em outro juízo, também, de caráter hipotético: o de que, irmanados pelas mesmas dificuldades econômicas, populações pobres não preconceituariam outras populações pobres com base em traços étnicos.

Toda essa dialética entre grupos parece estar a indicar que o país entrou ou está a entrar numa nova fase de seu modelo de sociedade pluriétnica ainda não sistematicamente analisada pela ótica científica. É a fase das elaborações e reelaborações das identidades étnicas de segmentos populacionais que, real ou aparentemente, haviam se despreendido de suas raízes histórico-culturais sob a pressão direta ou indireta de um sistema inibidor de alteridades étnicas, conforme se viu ao longo deste ensaio. Esse fenômeno, até onde é possível detectá-lo sem apoio de pesquisas sistemáticas, parece estar envolvendo quase todos os grupos étnicos que compõem a sociedade brasileira, até mesmo os italianos, que já na segunda geração eram considerados por Mário de Andrade como os mais brasileiros dos brasileiros.

Os negros, com um vigor explicitamente político, estão na vanguarda desse processo reativo que se desenvolve em várias frentes e se traduz numa exigência básica: respeito ao indivíduo, ao grupo e a sua cultura. As peças do discurso dos negros sobre os imigrantes expressam, de forma eloquente, essa exigência de igualdade de tratamento.

É difícil deixar de perceber que todos esses movimentos reativos refletem uma tendência da ordem internacional e que alguns autores vinculam ao processo de globalização a que o mundo está envolvido

neste começo do terceiro milênio.

Produtos ou não da globalização, derivados ou não de uma inquietação da ordem internacional, esses movimentos de reativação de identidades étnicas aparen-

temente adormecidas parecem estar criando uma nova configuração de nação pluriétnica, colocando em xeque o país da alegada democracia racial ou étnica nos moldes em que vinha sendo historicamente construído.

BIBLIOGRAFIA

- AGASSI, Constantino. *Das Regiões Lombarda e Vêneta ao Núcleo Colonial de São Bernardo: Acompanhando o Imigrante Italiano*. Tese de mestrado, São Paulo, Universidade de São Paulo, s/d (edição mimeografada).
- ALVIM, Zuleika M. Forcioni. *Emigração, Família e Luta — os Italianos em São Paulo (1870-1920)*. Tese de doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1983 (edição mimeografada).
- AZEVEDO, Thales de. *Italianos e Gaúchos. Os Anos Pioneiros da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul*. A Nação, DAC, MEC, 1975.
- BACELAR, Jeferson e CARDOSO, Carlos (orgs.). *Brasil: um País de Negro?* Rio de Janeiro, Pallas/Ceao, 1999.
- BALHANA, Altiva P. *Santa Felicidade, um Processo de Assimilação*. Curitiba, UFP, 1958.
- BASTENIER, A. e outros. *Itália, Europa e Nuova Immigrazioni*. Roma, F.G. Agnelli, 1990.
- BONATTI, Mário. *Aculturação Lingüística*. Blumenau, Instituto de Estudos Históricos do Vale do Itajaí, 1974.
- BORGES PEREIRA, João Baptista. "A Morte nos Estudos Sociológicos e Antropológicos sobre a Imigração Estrangeira no Brasil", in *Revista de Antropologia*, vol. 30, São Paulo, 1986.
- _____. *A Segunda Guerra Mundial e a Migração Italiana para o Brasil*. São Paulo, Congresso Euro-Brasileiro, 1985 (edição mimeografada).
- _____. *Italianos no Mundo Paulista*. São Paulo, Pioneira, 1972.
- _____. "(Re)elaborações de Identidades Étnicas na Sociedade Brasileira", in *Cultura Planetária o Pianeta Multiculturale (à cura di Sonia Giusti)*. Roma, Domograf, 1995.
- BUITONE, Marisia M. S. *Treze Tílias (Dreizehnlinden) — Meu Brasil é Você!*. Tese de doutorado, São Paulo FFLCH/USP, 2000.
- BUNSE, H.A.W. *O Vinhateiro*. Porto Alegre, DAC/SEC-RS, 1978.
- CARDOSO, Ruth C. Leite. *Estrutura Familiar e Mobilidade Social. Estudo dos Japoneses em São Paulo*. Tese de doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1972.
- CARELLI, Mário. *Carcamano e Comendadores*. São Paulo, Ática, 1985.
- CARNEIRO, Maria L. Tucci. *Preconceito Racial no Brasil Colônia*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- _____. *O Anti-semitismo na Era Vargas. (1930-1945)*. São Paulo, Brasiliense, 1998.
- CENI, Franco. *Italianos no Brasil*. São Paulo, Martins Editora/Edusp, 1975.
- COSTA, R. e DE BONI, L. A. *La Presenza Italiana Nella Storia e Nella Cultura del Brasile*. Roma, F. G. Agnelli, 1991.
- CUNHA, Maria M. da (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- DORO, Norma M. *A Imigração Iugoslava no Brasil*. Tese de doutorado, São Paulo, FFLCH/USP, 1987.
- DUOUM, T. *A Emigração Sírio-libanesa às Terras da Promissão*. São Paulo, Tip. Árabe, 1944.
- FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo, Edusp, 1999.
- FERNANDES, F. *A Integração do Negro à Sociedade de Classes*. São Paulo, FFLCH/USP, 1964.
- FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da Evolução do Ensino Público: Ensino Público e Política de Assimilação Cultural no Estado de Santa Catarina nos Períodos Imperial e Republicano*. Florianópolis, 1975.
- GREIBER, B. L.; MALUF, L. S.; MATTAR, V. C. *Memórias da Imigração: Libaneses e Sírios em São Paulo*. São Paulo, D. Editorial, 1998.
- GROSSELLI, R. N. M. *Da Schiavi Bianchi a Coloni — um Progetto per les Fazendas*. Trento, Prov. Aut. de Trento, s/d.
- HELOU, B. *Memórias de um Emigrante*. Goiânia, 1968.
- HUTTER, Lucy M. *Imigração Italiana em São Paulo (1880-1889)*. São Paulo, IEB, Universidade de São Paulo, 1972.
- IANNI, Constantino. *Homens sem Paz — os Conflitos e os Bastidores da Emigração Italiana*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1963.
- IBGE. *X Recenseamento Geral do Brasil, 1991*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1991.
- _____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio*, vol 20, IBGE, 1998.
- KNOWLTON, Clark, S. *Sírios e Libaneses — Mobilidade Social e Espacial*. São Paulo, Anhambí, s/d.
- KOMINSKY, Ethel V. *Rolândia, a Terra Prometida*. Tese de mestrado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1984

- (edição mimeografada).
- KURBAN, Taufik. *Os Sírios e Libaneses no Brasil*. São Paulo, SIP, 1933.
- LA IMAGEN de los Latinoamericanos sobre el Japan y los Japoneses. Tokio, Universidade de Sofia, 1996.
- LEONI, G. D. "Divagazioni Idiomatiche Italo-portughesi", in *Anuário da F.F. "Sedes Sapientiae"*. São Paulo, PUC, 16: pp. 111-7, 1958-59.
- MAGALINSKI, Jan. *Deslocados de Guerra em Goiás*. Goiânia, UFG Editora, 1980.
- MARTINS, José de Souza. *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*. São Paulo, Pioneira, 1973.
- MITA, C. *Bastos — uma Comunidade Étnica Japonesa no Brasil*. São Paulo, Humanitas, 1999.
- MONBEIG, P. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo, Hucitec/Polis, 1984.
- MONTEIRO, V. G. *Imigração e Colonização em Minas*. Belo Horizonte, Prefeitura Municipal, 1973.
- MUCADANTE, A. e NAZO, G. *O Fenômeno da Imigração Ilegal e Clandestina*. Congresso Euro-Brasileiro sobre Migração, 1985 (edição mimeografada).
- MULATINHO, Helder. *Palma — a Construção de uma Comunidade Utópica (1924-1970)*. Tese de doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1983 (edição mimeografada).
- MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. São Paulo, Vozes, 1999.
- NABHAN, N. N. *O Imigrante Libanês em São Paulo*. São Paulo, FFLCH-USP, 1989.
- NOGUEIRA, Arlinda Rocha e HUTTER, Lucy M. *A Colonização em São Pedro do Rio Grande do Sul Durante o Império (1824-1889)*. Garatujá, DAC/SEC, Porto Alegre, 1975.
- NOGUEIRA, Arlinda Rocha. *A Emigração Japonesa para a Lavoura Cafeeira Paulista (1908-1922)*. São Paulo, IEB, Universidade de São Paulo, 1973.
- NOGUEIRA, Oracy. "Preconceito Racial de Marca e Preconceito Racial de Origem. Symposium Étnico-sociológico sobre Comunidades Humanas do Brasil", in *Anais do XXI Congresso Internacional de Americanistas*, São Paulo, 1955, pp. 409-17.
- PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1953.
- RATTNER, Henrique. *Tradição e Mudança (A Comunidade Judaica em São Paulo)*. São Paulo, Ática, 1977.
- REVISTA USP. *Dossiê Pós-modernidade e Multiculturalismo*. São Paulo, nº 42, junho-agosto de 1999.
- RIOS, José A. *Aspectos Políticos da Assimilação do Italiano no Brasil*. São Paulo, Escola de Sociologia e Política, 1959.
- RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. 2ª ed. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1935.
- ROSSINI, Rosa Ester. *Dinâmica Atual do Processo Migratório no Brasil*. 6ª ed. Universidade de São Paulo, 1985 (mimeografado).
- SAFADY, J. S. *A Imigração Árabe no Brasil 1880-1971*. Tese de doutorado, São Paulo, USP, 1978 (mimeografado).
- SAITO, Hisohi. *O Japônês no Brasil: Estudo de Mobilidade e Fixação*. São Paulo, Editora Sociologia e Política, 1961.
- SAITO, H. e WILLEMS, E. "Shindô-Renmei — um Problema de Aculturação", in *Sociologia*, vol. IX (2), São Paulo, 1947, pp. 132-12.
- SAITO, H. e MAYEDA, T. *Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil*. São Paulo, Vozes/Edusp, 1973.
- SALGADO, Fernando C. F. *As Colônias Bastos e Pedrinha (Estudo Comparativo de Geografia Agrária)*. Presidente Prudente, FFLCH, 1971.
- SAYAD, A. *A Imigração*. São Paulo, Edusp, 1998.
- SCHADEN, Egon. "O Estudo Sócio-anropológico da Aculturação de Alemães no Brasil", in *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, Ano XXXVI. (CLXXXV), São Paulo, 1973, pp. 107-21.
- SCHRADER, Achin. *Minorias Étnicas na Política Educacional do Brasil: em Torno das Escolas de Língua Estrangeira nos Anos 30 e 70*. São Paulo, Congresso Euro-Brasileiro, 1985 (edição mimeografada).
- SCHWARCZ, L. M. *As Barbas do Imperador*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- SEYFERTH, Giralda. *A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre, Movimento/SAB, 1974.
- SHAKED, G. *Sombras de Identidade*. São Paulo, AVC Judaica, 1988.
- SILVEIRA, Miroel. *A Contribuição Italiana ao Teatro Brasileiro*. São Paulo, Quiron/MEC, 1976.
- SUZUKI, Teiiti. *The Japanese Immigrant in Brazil*. Tokyo, University of Tokio Press, 1977.
- UMA EPOPEIA Moderna: 80 Anos de Imigração Japonesa no Brasil. São Paulo, Hucitec/SBCJ, 1992.
- WILLEMS, Emílio. *Aculturação dos Alemães no Brasil*. São Paulo, Nacional, 1946.
- _____. *Assimilação e Populações Marginais no Brasil*. São Paulo, Nacional, 1940.
- _____. *Aspecto da Aculturação dos Japoneses no Estado de São Paulo*. São Paulo, FFLCH/USP, 1948.
- _____. "Problemas de Aculturação no Brasil Meridional", in *Acta Americana*, II (3): pp. 149-58.
- WIZNITZER, Arnold. *Os Judeus no Brasil Colonial*. São Paulo, Pioneira /Edusp, 1966.
- WOLFF, E. e Frida. *Os Judeus no Brasil Imperial*. São Paulo, FFLCH/USP, 1975.
- WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, Parentes e Compadres*. São Paulo, Hucitec/Edunb, 1995.